

A Semana CÍFRAO

Suplemento de Economia

**Preços
baixam em
Janeiro**

Pág. 6

IUR

**Rendimento
sobe para
uns, desce
para outros**

Pág. 2

LEGISLAÇÃO

**Casas de
Penhora
estão
de volta**

Pág. 2

SITTHUR DENUNCIA TACV À ITF

Pág. 6



**300 milhões de euros
para armazenamento
de combustíveis**

Pág. 3

IMPACTO DA REFORMA DO IUR

Para uns rendimento sobe para outros desce



Redução da carga fiscal e aumento do rendimento mensal dos funcionários públicos e trabalhadores das empresas são os ganhos já conseguidos com a reforma do regime geral da retenção na fonte do Imposto Único Sobre o Rendimento (IUR), implementada pelo governo. A UNTC-CS salienta quem o novo cálculo de retenção beneficia, de uma maneira geral, a maioria dos trabalhadores, embora tenha detectado casos pontuais em que se regista um ligeiro agravamento nos descontos.

O governo, na sequência da execução da lei do Orçamento do Estado de 2005, acaba de reformar o regime geral de retenção na fonte do IUR.

Além de se dirigir aos trabalhadores por conta de outrem e pensionistas, a medida é também extensiva aos titulares de cargos políticos.

Os impactos positivos dessa reforma são já reconhecidos a nível do colectivo de alguns serviços. Menos descontos e maior rendimento líquido mensal para a maioria dos trabalhadores da Função Pública e das empresas são, conforme apurou o **Cifrão**, alguns dos ganhos já conseguidos com a implementação da mencionada reforma do regime geral de retenção na fonte do IUR.

O assessor do ministro das Finanças e Planeamento, Elias Monteiro, confirma o efeito positivo de tal medida na vida das famílias. **“A reforma do IUR traz ganhos significativos para as famílias, nomeadamente no que concerne ao aumento do rendimento mensal disponível. Isto conjugado com o aumento salarial de 2% a partir de 1 de Janeiro deste ano, terá impacto positivo na economia do país, provocando o aumento da poupança ou do consumo”**.

Com a nova tabela introduzida, fica reduzida a injustiça em termos de impostos com retenção na fonte. Contra os 15% de IUR na tabela anterior, a actual, por exemplo, eliminou qualquer retenção para os contribuintes que tenham um rendimento mensal situado entre os 12.500\$0 e os 19.900\$00. Significa que, em termos práticos, um trabalhador que auferir um rendimento de 19.800\$00 verá, com a actual reforma do IUR, o seu alário líquido subir de 17.523\$00 para 18.216\$00, descontando única-

mente a prestação de 8% para o INPS.

O mesmo se poderá dizer de um trabalhador que ganha 70.400\$00, cuja taxa de retenção diminui de 15% para 13%, o que representa um aumento mensal de 1.406\$00 (2%) no seu salário. Na mesma linha, se o mesmo contribuinte somar este valor com os outros 2%, do aumento salarial concedido a nível da função pública, verá o seu poder de compra a subir 4%, o correspondente a um aumento de cerca de 3.000\$00 por mês.

Elias Monteiro destaca ainda que, com a reforma introduzida, deixou de haver os tais escalões que provocavam alguma injustiça em termos de retenção na fonte, a ponto de certas categorias profissionais receberem, após um aumento de salário, menor salário líquido. Aquele técnico das finanças acrescenta que com o novo regime de retenção a taxa de descontos passa a ser efectiva e progressiva.

“A reforma do IUR traz maior justiça fiscal, mais transparência na administração fiscal, que se traduz numa relação de confiança entre o contribuinte e o fisco, bem como uma maior comodidade ao contribuinte na hora de cumprir a sua obrigação fiscal”, afirma o nosso entrevistado, para quem a medida beneficiará a maioria dos funcionários públicos e trabalhadores das empresas.

Dirigentes sindicais, em contacto com este jornal, avançam, porém, que, para o contribuinte com um rendimento acima de 85 contos mês, tem-se registado um ligeiro agravamento na retenção na fonte. Os que, por exemplo, ganham 88.000\$00 tinham um desconto de 15% de IUR (13.200\$00). Mas na actual tabela essa taxa passa a ser de 15,5% (13.640\$00).

MUDANÇAS E JUSTIÇA FISCAL

A UNTC-CS, através do seu secretário-ge-

ral, garante que a nova fórmula de cálculo de retenção na fonte do IUR é mais justa e beneficia a maioria dos trabalhadores, aqueles que ganharam menos. Júlio Silva salienta que há, no entanto, situações pontuais, em que trabalhadores de determinadas categorias viram o seu desconto subir ligeiramente. **“Mas isto não significa que estão a pagar mais impostos. É que, com base na tabela anterior, estavam a descontar menos do que deviam no seu salário, devolvendo, no abatimento feito no final de cada ano, a diferença registada ao Tesouro”**.

Elias Monteiro reconhece que a partir dos 85 contos de rendimento mensal tem-se registado alguns ajustamentos, para mais ou para menos, em termos de retenção na fonte. Conforme aquele assessor, a actual tabela do IUR está dividida em 67 escalões de rendimentos, tem uma taxa mínima de retenção de 0,5% e máxima de 33%. A anterior tinha uma taxa de retenção que ia de 2,4% a 24%.

Monteiro analisa que, de um modo geral, a nova metodologia de retenção na fonte do IUR leva em conta as necessidades e o rendimento do agregado familiar, designadamente o cálculo mensal do escalão de rendimento anual excluindo da tributação mínima a existência de 180 contos. Isto sem contar com a eliminação ou redução do efeito perverso resultante da mudança de escalão por aumento esporádico do rendimento mensal, e a imputação mensal dos encargos familiares, nomeadamente os com os filhos, juros ou rendas de habitação e despesas com a saúde e educação.

Aquele responsável salienta que a grande novidade da presente reforma é a mudança do regime geral da retenção na fonte do IUR, já que a taxa de apuramento final a aplicar ao rendimento colectável e as respectivas parcelas a abater mantêm-se inalteráveis. Com efeito, de

acordo com o artigo 7º da Portaria que regulamenta a fórmula e tabela prática de retenção mensal do referido imposto, as taxas a aplicar em 2005 serão: para um rendimento colectável de até 300 contos 15%, e para mais de 300 contos e até 630 contos será de 20%. Acima desse último valor até 1.260 contos, a taxa a aplicar é de 27,5%. De 1.260.000\$00 até 1.890 contos a retenção será de 35% e para valores superiores a 1.890 contos a taxa a cobrar é de 45%.

Conforme o artigo 8º do mesmo dispositivo, a retenção do IUR sobre rendimentos prediais (categoria A) e a prestação de serviços provenientes do exercício de qualquer actividade por conta própria, que não revista a natureza de trabalho dependente ou independente como profissão liberal, é efectuada pela aplicação da taxa de 10%. Isto desde que o trabalho ou prestação de serviço realizado seja de carácter continuado ou tratando-se de actividades acidentais, em valores iguais ou superiores a 5.000\$00. Mas nas prestações de serviço a retenção incidirá sobre o valor facturado respeitante à mão-de-obra e ficará isenta de qualquer retenção quando o montante resultante seja inferior a 100\$00.

Elias Monteiro conclui que a actual medida - que reforma o regime geral de retenção na fonte do IUR - resulta da constatação de deficiências ou anomalias por parte do contribuinte no cumprimento da obrigação de pagar tal imposto, quando os efeitos no rendimento mensal disponível não seja coincidentes com o pretendido. Um facto que, conforme o assessor do MFP, tem gerado, por vezes, um esforço fiscal exagerado, se não mesmo injusto e não equitativo, resultando igualmente num aumento desnecessário de procedimentos burocráticos, morosos, e de elevados custos administrativos.

Alirio Dias de Pina

Casas de Penhora estão de volta

O governo acaba de aprovar, em Conselho de Ministros, o projecto de lei que estabelece o regime de acesso e a fiscalização da actividade prestamista no país, marcando assim o regresso das famosas casas de penhora, caídas em desuso há alguns anos.

Este é um regresso que acontece graças ao projecto de lei que estabelece o acesso, o exercício e a fiscalização da actividade prestamista no país, aprovado esta quinta-feira, 10, pelo Conselho de Ministros. O governo justifica esta medida alegando uma evidente **“dificuldade de sectores importantes da sociedade cabo-verdiana no acesso ao crédito bancário, dada muitas vezes à elevada taxa de ju-**

ros aplicada pelos bancos. Portanto, nós estamos a tentar criar uma forma alternativa dos cidadãos terem acesso ao crédito”, anuncia o secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

Esta lei, ainda segundo João Baptista Pereira, vem precisamente regular o acesso e o exercício deste negócio no país, de modo a evitar casos, por exemplo, de branqueamento de capitais. **“Para salvaguardar que esta actividade se processe num ambiente transparente, temos já montado um mecanismo de controlo de quem está apto para exercer este negócio”**.

Para já, qualquer pessoa pode tornar-se prestamista ou

penhorista, desde que tenha obtido a licença de prestação deste serviço, e nunca se tenha envolvido em tráfico de estupecifantes, emitido cheques sem cobertura ou sido detido por crime de branqueamento de capitais. E, iniciado o negócio, o operador estará sujeito a constantes fiscalizações da Inspeccção-Geral das Actividades Económicas.

O porta-voz do Conselho de Ministros adiantou, entretanto, que o governo ainda não se debruçou sobre a taxa de juros a ser aplicada pelos agiotas, mas, garantiu, será, de certo inferior à praticada pelos bancos. **“Aliás só faz sentido haver essas casas de penhora como alternativa ao bancos se os seus juros forem inferiores”**, completa.

Entre um curso e uma formação

Esses dias uma psicóloga trouxe-me ao de cima um problema que venho detectando no meu trabalho como professora e em minhas relações com os jovens: a verdadeira dor que constitui o momento da escolha da área a seguir no ensino secundário e, depois, que formação superior seguir.

No caso da área a seguir, a partir do 11º ano, penso que a angústia ainda é maior. Primeiro porque nessa idade a maioria dos nossos jovens não tem maturidade sequer para fazerem uma escolha mais simples, quanto mais decidir, em consciência, por algo que vai “pesar”, para sempre, em suas vidas.

E se na maioria dos casos não há o apoio dos pais ou outros adultos com mais informações, no sentido de que a escolha possa ser a mais acertada possível, noutros casos, e não são raros, os pais praticamente determinam a área que o filho deve seguir por causa do curso superior que querem para o filho.

Só a título de ilustração desse segundo exemplo, não menos grave que o primeiro, é o caso de um casal, já com negócio estabelecido, a forçar os rebentos a fazerem o mesmo curso que os pais fizeram só porque esses não podem desperdiçar o investimento que já fizeram na área onde actuam. Imagine o sofrimento de um dos rebentos que “quer sair da linha”.

Há, ainda, aqueles pais que, frustrados por não terem conseguido seguir uma carreira, transformam o futuro do filho ou da filha na realização dos seus desejos pessoais. Não querem nem saber se o dito cujo tem jeito, capacidade ou apetência para tal. O certo é que vão, desde muito cedo, traçando a rota da criança.

Outro exemplo há, e este cada dia mais determinante, de jovens que escolhem o seu curso com base numa única determinante: o retorno financeiro que tal ou tal curso pode dar. Para essa turma a capacidade necessária para determinado curso ou mesmo o a vocação não contam. Pior, ainda, apenas com a lógica financeira em vista, só conseguem ver o que é visível a curto prazo, o que quer dizer deixar de fora da sua escolha a lógica do mercado, a médio e a longo prazo, a realização pessoal e profissional, e outros etc que tanto contam para uma profissão.

Ao meu ver esse tipo de realidade, em que a vocação para uma profissão é o que menos importa, tem sido um dos responsáveis pelo facto de se despejar, todos os anos, algumas dezenas de técnicos superiores no mercado nacional e quando se vai procurar qualidade cadê?

E, pessimismos a parte, o quadro actual, em que grande parte dos estudantes tem os seus estudos superiores “bancados” pelos pais, só vai agravar a situação. Isto porque eu não estou a ver muitos dos nossos pais a custearem para o filho um curso que eles, os pais, não valorizam, não acham que dá importância ou lucro rápido.

Do outro lado da moeda, não estou a ver jovens que preferam ficar no país à espera de uma bolsa ou de um curso dos seus sonhos, só porque não gostam do curso em que os pais estão determinados a investir. No passado, quando as bolsas abundavam já era assim. Quanta gente não foi fazer um curso com que nunca sonhou só para não ficar para trás?

Acha que o quadro está muito negro? Junte-se a isto o facto de que para a obtenção de um curso, veja bem, digo curso e não formação, hoje está a valer qualquer Universidade ou Faculdade. E aqui chamo a atenção para uns vendedores de banha de cobra, em matéria de ensino superior, tanto a nível interno como externamente.

No caso particular do Brasil, que conheço mais, soube que numa dessas escolas, que não formam ninguém mas que dão diploma, há neste momento mais de 100 cabo-verdianos a seguirem um curso, questionável pelas instituições de educação do próprio Brasil, e pelo qual ainda pagam uma quantia significativa. E ninguém falou para eles, assim com toda as palavras, que curso sem formação, num país que já atingiu o nível de desenvolvimento médio, não serve para arranjar emprego.

MP



300 milhões de euros para o armazenamento de COMBUSTÍVEIS

A Companhia de Logística de Combustíveis de Cabo Verde (CLCC) deverá fazer investimentos que excederão os 300 milhões de euros na construção de infra-estruturas de armazenamento de combustíveis em Santiago e São Vicente. Isso deverá acontecer, segundo o director-geral da Indústria e Energia, Abraão Lopes, logo após a criação desta empresa pelo Estado de Cabo Verde, em parceria com as petrolíferas Shell e Enacol.

Depois de uma primeira reunião realizada na Capital, no dia 03 de Fevereiro, sem a presença da Enacol, que solicitou o seu adiamento para que os accionistas da empresa, Sonangol (Angola), Petrogal (Portugal), fizessem uma avaliação própria do património da futura companhia, aguarda-se o próximo encontro. Entretanto, o meeting do começo de Fevereiro serviu apenas para aprovar o inventário patrimonial para permitir a abertura da escrita da Companhia de Logística de Combustíveis de Cabo Verde, que se ocupará da importação, armazenamento e distribuição de combustíveis entre as ilhas do arquipélago.

Esta empresa, a CLCC, nasceu de um estudo feito em 2002, com financiamento do Banco Mundial, que analisou o impacto do aumento do preço do petróleo na economia do arquipélago e apontou as melhores formas de

minimizar os choques. O mesmo estudo constatou ainda a impossibilidade de controlar a alta dos preços no mercado internacional e recomendou, por isso, a necessidade de melhorar o sistema de importação, as reservas e distribuição dos combustíveis utilizados no país, o que levou o governo cabo-verdiano a negociar, desde então, a criação da CLCC, em parceria com as petrolíferas Shell e a Enacol.

É assim que a Companhia Logística de Combustíveis de Cabo Verde deverá ter como accionistas as duas empresas, com 45 por cento das acções cada, enquanto que os restantes 10 por cento ficarão na posse do Estado de Cabo Verde. O director-geral da Indústria e Energia de Cabo Verde justifica esta acção pelo facto de, segundo ele, ter havido uma deslocalização do consumo para Santiago, hoje o principal mercado do país.

“Ao longo de décadas, o armazenamento esteve concentrado em São Vicente e Sal, mas temos actualmente uma situação completamente diferente, uma vez que Santiago passou a consumir cerca de 65 por cento do combustível que importamos”, referiu Abraão Lopes, ressaltando que a ilha-maior alberga mais de metade da população e torna-se necessário “corresponder às necessidades de consumo e infra-estruturas de armaze-

namento, uma vez que todo o combustível importado é depositado em São Vicente e Sal, antes de ser transportado para outras ilhas, com elevados custos adicionais”.

Outro objectivo, segundo Abraão Lopes, é “encurtar o circuito dos produtos para se evitarem operações e intermediações desnecessárias, o que diminuirá substancialmente os preços dos combustíveis ao consumidor”. A CLCC irá fazer ainda que os mecanismos de fixação de preços passem a ser automaticamente accionados, em função do mercado internacional, e que isso será mais um elemento de transparência para o sector, para além de eliminar os subsídios atribuídos pelo Estado aos preços internos dos combustíveis, deixando essa prática de constituir um peso no Orçamento do Estado.

Sobre o CLCC, Emanuel St’ Aubyn, administrador delegado da Shell, uma das parceiras do governo nesta empreitada, afirma que faz sentido começar a falar com clareza e riqueza de detalhes deste projecto. Entretanto, porque se trata de uma iniciativa do governo, frisa, cabe ao executivo vulgarizar e descentralizar as informações relevantes. Já a Enacol, apesar da promessa de retornar o contacto, até ao fecho desta edição não tinha reagido.

Constância de Pina

Trabalhadores pedem explicação

Os trabalhadores das duas petrolíferas, Shell e Enacol, que, junto com o Estado, estão envolvidas na criação da Companhia Logística de Combustíveis de Cabo Verde (CLCC) querem uma clarificação das autoridades sobre este processo. Através da Sitthur, esses trabalhadores dizem estar preocupados porque não foram “tidos nem achados” e não dispõem de nenhuma informação sobre o seu futuro e principalmente sobre os

seus direitos adquiridos.

Para Carlos Lopes, é nítido que esta novel empresa conjunta ocupará um espaço de direito dos trabalhadores da Shell e da Enacol. Entendimento que se justifica com os objectivos da CLCC, e que falam em importar, armazenar e comerciar combustíveis líquidos e gás, numa economia de escala que busca preços mais acessíveis junto dos consumidores. “Esses objectos nos deixam entender que essa empresa absorverá várias

actividades que são desempenhadas pelos trabalhadores das duas petrolíferas e não sabemos ainda quantos deles serão aproveitados”, confessa o dirigente da Sitthur.

Ao todo, pelas contas deste sindicalista, são cerca de duas centenas os trabalhadores que podem ser afectados com a criação da CLCC. É por causa disso que a Sitthur, sindicato que representa os trabalhadores da Shell e da Enacol, diz não querer ficar indiferente a essa iniciativa. “Es-

peramos que o futuro desses trabalhadores não esteja a ser jogado, às escondidas, nos gabinetes governamentais, para depois serem surpreendidos com medidas que poriam em causa os seus direitos adquiridos e o seu futuro”, observa Lopes, exigindo a quem de direito que informe os trabalhadores das petrolíferas sobre, “o que se projecta” e “que reflexos” a CLCC terá nos seus postos de trabalho e nos seus direitos adquiridos.

CP



Farol das Ilh

SEDE: Telefone: (238) 2324414 / 2324515 • Fax: (238) 2324337 / 2322170 • Email: enapor@mail.cvtelecom.cv — PORTO GRANDE: Telefone: (238) 2324414 / 2324515

PRESIDENTE DO CA ANUNCIA PACOTE DE PROJECTOS E GARANTE

“A Enapor goza de uma sólida situ



O presidente do CA da Enapor, Franklim Spencer, garante que a empresa por ele dirigida goza de uma situação financeira sólida, ao mesmo tempo que anuncia um pacote de projectos em curso ou a arrancar brevemente, avaliado em cerca de 6 milhões de contos.

negócios crescido gradualmente, atingindo 1.437 mil contos em 2004, e os resultados líquidos do exercício rondam os 60 mil contos.

A actividade comercial tem aumentado a uma média de 5-6% ao ano, atingindo o volume de mais de um milhão e 200 mil toneladas movimentadas, em 2004, nos portos nacionais.

- Quais os principais desafios da Empresa na presente conjuntura?

- A Administração da Empresa, com base no programa do Governo para o período 2001-2006, definiu, aquando da tomada de posse em Junho de 2001, como eixos estratégicos da ENAPOR para os anos subsequentes os seguintes: Motivação dos recursos humanos, apostando num modelo organizativo descentralizador da gestão, introduzindo novos métodos de gestão e formação dos recursos humanos; Reestruturação profunda da organização da empresa em complemento do esforço de melhoria do parque de equipamento e das condições de trabalho com a modernização das infra-estruturas portuárias; Envolvimento e diálogo com os operadores económicos; Desenvolvimento e divulgação de novos sistemas de informação visando a modernização da empresa.

Norteadas por estas opções estratégicas, foram desenvolvidos um conjunto de programas e projectos nos diferentes domínios, como sejam o novo plano de cargos, carreiras e salários, a avaliação de desempenho, a introdução do pagamento dos trabalhadores da estiva por tonelada, a aprovação do novo caderno de tarifas, a renovação do parque de equipamentos portuários nos principais portos, a finalização e implementação de um software integrado de gestão das operações portuárias, a promoção do turismo de cruzeiro nos portos cabo-verdianos e o centro de transbordo de contentores no P. Grande.

A modernização da gestão da empresa, introduzindo o método de trabalho por equipas, a avaliação dos resultados por objectivos e o envolvimento e a participação dos trabalhadores na organização e funcionamento da Enapor, assumem-se como maiores desafios, quer do presente quer a médio e longo prazos, do nosso colectivo.

A visão estratégica dos portos do século XXI, voltados para centros de produção de serviços de valor acrescentado, apostando na consolidação como centros de logística de produção de bens e serviços aos operadores económicos, mas também de zonas de lazer e cultura abertas às comunidades e visitantes, assume-se como a nossa aposta futura nos portos de Cabo Verde.

Como é que caracteriza a Enapor neste momento?

- A Enapor enquadra-se no conjunto das maiores

empresas de capitais públicos de Cabo Verde, exercendo a sua actividade no sector portuário, no domínio da administração, operação e autoridade portuárias, desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento económico do País, na integração do território

nacional e promoção de Cabo Verde. No conjunto das suas actividades, emprega 1.024 trabalhadores, sendo 392 administrativos e operacionais, e 632 estivadores.

A Empresa goza de uma sólida situação económica e financeira, tendo o volume de



• Fax: (238) 2321433 • Email: portogrande@enapor.cv — PORTO DA PRAIA: Telefone: (238) 2633338 / 39 / 40 / 41 • Fax: (238) 2633899 • Email: portopraia@enapor.cv

...ção financeira'

Breves

INVESTIMENTOS E SITUAÇÃO NO PORTO DA PRAIA

- Quer avançar os principais projectos em curso e a arrancar proximamente?

- A dinâmica de desenvolvimento e modernização dos portos nacionais consubstancia-se num leque vasto de projectos, dos quais citaremos: a via alternativa do Porto Novo, 54 mil contos; edifício administrativo conjunto Alfândegas, Enapor e DGMP, no valor de 60 mil contos; a execução dos projectos de segurança portuária, superiores a 300 mil contos; o estudo de viabilidade do centro de transbordo do Porto Grande no valor de 45 mil contos; a Intranet portuária, 30 mil contos; a expansão do porto da Praia, no valor de 32 milhões de euros; a expansão do porto da Palmeira no valor de 18 milhões de euros; e os planos directores de expansão do Porto Novo e Sal-Rei, no valor de 10 mil contos.

- Os nossos portos estão mais seguros com a introdução do Código ISPS?

- Os portos cabo-verdianos detêm um índice elevado de segurança, tanto ao nível do continente, como a nível mundial. A implementação do código ISPS virá reforçar os níveis de segurança nos portos e o acesso aos mesmos pelos utentes.

O avanço na implementação do código decorre de forma gradual e a um bom ritmo, devendo todos os projectos de implementação, de vedação, monitorização e controlo de acesso, serem finalizados até ao terceiro trimestre do ano em curso, estando já o financiamento disponível para o efeito. A scannerização dos contentores, poderá iniciar no 2º semestre de 2005, estando o processo de negociação da sua instalação em curso e numa fase bastante avançada.

- Como pretende pôr termo ao movimento de grevistas que ultimamente tem tomado conta do Porto da Praia, cujas consequências têm sido negativas para a empresa?

- Gostaria de esclarecer que a situação laboral dos estivadores da estiva evoluiu de forma considerável, com ganhos significativos para os trabalhadores.

Um conjunto de medidas e projectos que estiveram durante os anos noventa sem solução, foram objecto de estudo, discussão e implementação nos últimos três anos.

Destacaremos a implementação do pagamento da estiva por tonelada que, desde 2003, vem funcionando em quase todos os portos do país. Foi aprovada e está sendo processada a nova modalidade de remuneração das férias, de acordo com a lei em vigor. Aos trabalhadores da estiva foi reconhecido o direito ao subsídio de férias a partir de Janeiro de 2004, e foram revistos os critérios e procedimentos para a atribuição da gratificação de Natal.

A atenção que a actual Administração vem dedicando ao sector da estiva, desde o ano de 2002, é inquestionável - o que, certamente, contraria alguma mensagem de abandono, discriminação e indisponibilidade da Administração para o diálogo - como vem sendo propalado por um Sindicato, no universo de 10 Sindicatos com presença na empresa.

Existe da parte dos responsáveis da Enapor a maior abertura para o diálogo e para a discussão das questões laborais, o que está traduzido em vários acordos obtidos na vigência da actual Administração. Gostaríamos de informar que a Empresa foi objecto de diversas inspecções da Entidade competente, que nunca detectou incumprimento da legislação em vigor, reconfirmando, assim, a nossa postura de total respeito às normas e preceitos legais. Continuaremos a desenvolver a nossa actividade de forma séria, abnegada e com base no diálogo com os trabalhadores, cumprindo o nosso papel pedagógico de informar, esclarecer e formar os trabalhadores, no sentido da discussão serena e aberta das questões da vida da Empresa.

Continuaremos a discordar da perspectiva de radicalização das posições que só prejudicam o ambiente laboral e os interesses dos trabalhadores e da Empresa. A imagem de conflito poderá, a breve trecho, resultar em desvantagem para os trabalhadores, face ao processo de abertura das operações portuárias aos privados, dificultando a negociação da garantia de absorção dos actuais trabalhadores pelos futuros operadores portuários.

• **O PRESIDENTE DO CA DA ENAPOR**, Fanklim Spencer, esteve de 9 a 11 deste mês na Itália, integrando uma missão cabo-verdiana àquele país, chefiada pelo ministro das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa. Além de contactos com autoridades italianas, houve um encontro com a Agência de Investimentos, durante o qual foram apresentados vários projectos sobre a infra-estruturação do nosso país, nomeadamente os relacionados com o sector portuário.

• **A ENAPOR**, através da sua secretária-geral, Madalena Almeida, está presente na XXVIII reunião da Assembleia-Geral da Associação dos Portos da África Ocidental e do Centro, que começou ontem, 17, em Duala, na República dos Camarões. Paralelamente ao encontro, que termina no próximo dia 23, a Enapor presidirá à mesa-redonda sobre a "segurança e seguridade marítima e protecção do ambiente".

• **AINDA NA REPÚBLICA DOS CAMARÕES**, a Enapor participou, durante esta semana, em várias outras actividades ligadas aos portos. De 14 a 16 deste mês, apresentou, num encontro promovido para o efeito, uma proposta para a criação do site sobre o ISPS Code. Nos dias 15 e 16, Madalena Almeida integrou, por outro lado, os júris de avaliação às monografias defendidas pelos formandos da IIª Difusão do Curso de Gestão Moderna de Portos da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED).

• **O PORTO GRANDE DE S.VICENTE PARTICIPOU**, juntamente com a Comunidade Portuária do Mindelo, na Sinaval 2005, mais conhecida como Feira Internacional Marítima Portuária, na área da pesca. O certame decorreu de 25 a 29 de Janeiro em Bilbao, Espanha. O PG deverá, igualmente, marcar a sua presença, ao lado da Associação Atlântica de Cruzeiros, na maior Feira de Cruzeiros do Mundo, que decorrerá de 14 a 17 de Março próximo, em Miami, EUA.

• **O ESTIVADOR VICENTE MANUEL SILVA**, reformado no passado mês de Janeiro, recebeu, das mãos do administrador-delegado do Porto Grande, Jorge Pimenta Maurício, um Diploma de Mérito e Reconhecimento pelos seus 30 anos ao serviço do Porto Grande.

• **O PORTO GRANDE DE SÃO VICENTE**, também, esteve no carnaval do Mindelo ao disponibilizar, durante três dias, 18 atrelados e 11 tractores portuários aos vários grupos que participaram no carnaval mindelese/2005. É o PG afirmar-se como um dos pilares importantes da festa do Rei Momo na ilha.



A Enapor enquadra-se no conjunto das maiores empresas de capitais públicos de Cabo Verde, exercendo a sua actividade no sector portuário, no domínio da administração, operação e autoridade portuárias, desempenhando um papel estratégico no desenvolvimento económico do País, na integração do território nacional e promoção de Cabo Verde.

SINTCAP PREPARA 4ª CONFERÊNCIA

Inovar, construir, consolidar

Animado com o engrandecimento das suas fileiras em 2004, o Sindicato dos Transportes, Comunicações e Administração Pública (Sintcap) está a preparar a sua 4ª conferência, que se realiza nos dias 29 e 30 de Abril, e sua participação no congresso nacional da UNTC-CS. O próximo desafio do Sintcap, segundo o seu responsável, Adelino Silva, é arrancar com a construção da sua sede, na ilha do Sal, ainda este ano.

Estes foram, em síntese, os principais pontos que constavam da agenda de uma reunião preparatória realizada na última quarta-feira onde, de acordo com Adelino Silva, fez-se o balanço das actividades desenvolvidas em 2004 e aprovaram-se as contas, o orçamento e as acções previstas para o ano em curso. "Deliberámos ainda sobre o início dos trabalhos de construção da nossa sede social, que irá localizar-se na zona de Morro Curral, Espargos. Já temos o terreno e estamos agora a trabalhar no projecto. Pensamos lançar a primeira pedra ainda neste ano de 2005", revela este sindicalista.

Quanto às prioridades para este ano, prossegue aquele sindicalista, o Sintcap está a apostar forte na resolução de problemas que se arrastam há vários anos e para os quais não se vislumbra uma solução. Silva cita como exemplo, o Instituto Nacional da Meteorologia e Geofísica. "Apresentámos em 2003 um pré-aviso de greve, que foi suspenso após um acordo, que entretanto não foi cumprido. Neste caso em concreto, os trabalhadores reivindicavam o pagamento de remunerações atrasadas e de subsídios e exigiam o desbloqueio das suas carreiras".

Em lista de espera também estão os enfermeiros e os trabalhadores da ASA, TACV, Enapor e Administração Pública. "Vamos analisar a questão do pagamento das horas extras dos enfermeiros, a evolução nas carreiras dos funcionários públicos, a uniformização dos horários na ASA e na TACV e zelar pela aplicação do novo acordo de estiva por tonelada, assinado em 2004, mas que a Enapor tarda em implementar", enumera Adelino Silva, destacando como conquistas de 2004 o acordo colectivo de trabalho rubricado com a TAP e a redução do IUR agora em Fevereiro, que trouxe um ganho real para muitas categorias profissionais e mais justiça na tabela tributária.

Sobre a 4ª Conferência do Sintcap, Adelino Silva lembra que é hora de renovar os órgãos, fazer um balanço dos últimos quatro anos de actividade sindical e consolidar a sua presença. E as perspectivas, a seu ver, não podiam ser mais animadoras, tendo em conta os resultados registados em 2004. "Estamos a crescer e a alargar as nossas estruturas. Em 2004 abarcámos todo o pessoal da Alfândega e os funcionários da companhia Air Luxor. Em algumas empresas e entidades, como a Câmara Municipal por exemplo, onde a nossa presença era reduzida, registamos uma maior adesão em decorrência de uma campanha que temos vindo a realizar. Hoje estamos presentes no sector dos transportes - companhias aéreas, portos e aeroportos - e em vários serviços como a Shell, Telecom, Correios, Enacol e Administração Pública", conclui.

SINDICATOS EM OFENSIVA INTERNACIONAL



Sitthur denuncia TACV à ITF

O Sindicato de Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo (Sitthur) foi a Londres expor a "situação da TACV" ao Comité Internacional dos Tripulantes de Cabine da Secção de Aviação Civil da ITF - Federação Internacional dos Trabalhadores de Transportes. Esta denúncia surge dias depois de a UNTC-CS e a CCSL apresentarem uma queixa similar à Organização Internacional do Trabalho (OIT). Carlos Lopes acredita que esta entidade, à semelhança da OIT, deverá exigir uma explicação ao governo de Cabo Verde e se posicionar sobre os acontecimentos de Janeiro na TACV.

Hoje, com a cabeça mais fria, Carlos Lopes acredita que a administração da TACV traiu o governo de José Maria Neves. Este sindicalista refere, em concreto, a requisição civil dos trabalhadores, 28 no total, para garantir os serviços mínimos. "Dizemos isso porque a lei da greve precisa ser alterada, por recomendação da própria OIT na vigência do outro governo. Se os serviços mínimos tivessem sido estipulados por uma entidade independente não haveria esvaziamento da greve e nem a CA da TACV viria gabar-se de ter conseguido fazer funcionar toda a sua frota", desabafo Lopes, para quem o motivo desta ofensiva internacional é chamar a atenção para as violações da lei no país.

Outra preocupação do sindicato, neste momento, segundo a Sitthur, é esclarecer o público porque, frisa, estão a divulgar informações

que desacreditam as reivindicações e a luta do pessoal navegante e de cabine. "A CA da TACV está a tentar impressionar para causar um impacto negativo sobre a luta dos tripulantes. A questão é que houve um aumento da carga horária dos PNC e a empresa recusa-se a sentar-se à mesa com eles para negociar um entendimento razoável. Eles não querem 36% de aumento como se tem propalado por aí. Querem negociar e, inclusive, já contactaram a DGT propondo um regresso às negociações num ambiente de diálogo", completa.

A TACV esquiva-se a comentar os expedientes - denúncias internacionais e campanhas de esclarecimento público nos órgãos de comunicação social - que os sindicatos estão a utilizar para justificar as reivindicações dos PNC e ilustra com acções concretas a sua estratégia para tirar a companhia de bandeira do aperto financeiro. Uma dessas medidas que deverá sair do papel, ainda no primeiro trimestre deste ano, é a abertura de um laboratório para capacitar o seu pessoal, para uma melhor prestação e imagem numa altura em que se vislumbra a concorrência no horizonte.

LABORATÓRIO HABILITA PESSOAL DA TACV

Apesar da agitação envolvendo a administração e o pessoal navegante e de cabine, a

TACV prepara-se para abrir, nos primeiros dias de Março, um laboratório de formação que irá encarregar-se da capacitação do seu pessoal, com ênfase para os trabalhadores de handling, área que exige um refrescamento anual de conhecimentos. O laboratório é uma resposta às exigências das companhias aéreas a que TACV presta serviços.

"Vamos aproveitar os formadores da TACV, que estão credenciados, para capacitar os trabalhadores da empresa. Estamos a apostar forte na competência do nosso pessoal, sobretudo daqueles que trabalham com o handling, área onde somos obrigados a fazer o refrescamento do pessoal por exigência das indústrias a que prestamos serviços. Essas indústrias fazem inspeções anuais às empresas que lhes prestam serviços, especialmente no nosso sector", explica Euriza Carrilho, directora Handling da TACV.

O laboratório ou centro de formação da TACV localizar-se-á na ilha do Sal e abarcará todas as áreas operacionais da companhia, mas está sob o cuidado do departamento de Recursos Humanos da empresa. "É um projecto de 2004. Começou com um investimento na ordem dos mil contos na capacitação dos formadores, que vão assumir os vários cursos. O arranque oficial está previsto para 1º de Março próximo", conclui Euriza Carrilho, para quem a TACV quer mudar a sua imagem e prestação.

Constança de Pina

Preços baixam em Janeiro



O preço dos produtos baixou em Janeiro deste ano. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, o Índice de Preços no Consumidor no primeiro mês de 2005 foi de 183,8 por cento a nível nacional, valor esse inferior ao registado em Dezembro de 2004 (185,6%).

A variação mensal, de acordo com aquele instituto, parou em -1,0 por cento. Apenas em São Vicente, essa taxa apresenta-se positiva, alcançando 0,4 por cento. Na Praia (-1,7%) e nas Zonas Rurais (-0,8%) a variação mensal continuou em terreno negativo.

O INE adianta ainda que a

taxa de variação homóloga fixou-se em -0,5 por cento em todo o território nacional. Destaque aqui também para São Vicente, único ponto de consumo a registar uma variação homóloga positiva (1,1%). Na Praia esse índice foi de -1,4 por cento e nas Zonas Rurais caiu para -0,5 por cento.

A taxa de variação média dos últimos doze meses atingiu em Janeiro -1,7 por cento, a nível nacional. E, de novo, São Vicente aparece como o único ponto de consumo onde a inflação anda em terreno positivo, 0,2 por cento. Na Praia, a inflação em Janeiro foi de -2,0 por cento e nas Zonas Rurais -2,1 pontos percentuais.



A equipa directiva liderada por Orlando Mascarenhas está a elaborar o relatório de actividades a ser apresentado na próxima assembleia-geral de membros que terá lugar a mais tardar a 31 de Março. E será essa Assembleia que marcará a data das próximas eleições na Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento, CCISS.

No actual direcção, segundo Orlando Mascarenhas, "vai apresentar uma lista renovada" e que já conta com apoios de Amaro da Luz, Irmãos Correia, Bossa Nova, Praiatur, Infarma e Filomeno Soares.

Do relatório em preparação irão merecer destaque quer os vários eventos que tiveram

presente na implementação do IVA, em defesa da classe. E está presente em vários processos como a preparação do novo Código Industrial e a criação da Casa do Cidadão.

Uma análise particular irá merecer a gestão do Fundo de Competitividade, financiado pelo Banco Mundial, a que muitos empresários já fizeram recurso.

DESCENTRALIZAÇÃO

O primeiro passo está dado. Ainda este mês será assinado um protocolo entre a CCISS e a Associação Comercial, Agrícola, Industrial e de Serviços de Santiago, ACAISA.

CCISS prepara relatório de actividades

lugar na Praia - Feira Internacional de Cabo Verde, II Feira da Macaronésia, III Fórum Empresarial da CPLP e I Feira de Produtos do Ceará e as missões empresariais ao Ceará - quer nas Canárias.

A CCISS emprestou também a sua colaboração no processo, ainda em curso, de adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio e na preparação da proposta nacional ao Millennium Challenge Account, criado pelos Estados Unidos.

A CCIS esteve, ainda, presente na implementação do IVA, em defesa da classe. E está presente em vários processos como a preparação do novo Código Industrial e a criação da Casa do Cidadão.

Uma análise particular irá merecer a gestão do Fundo de Competitividade, financiado pelo Banco Mundial, a que muitos empresários já fizeram recurso.

DESCENTRALIZAÇÃO

O primeiro passo está dado. Ainda este mês será assinado um protocolo entre a CCISS e a Associação Comercial, Agrícola, Industrial e de Serviços de Santiago, ACAISA.

O protocolo contempla o poder de representação da CCISS pela ACAISA junto dos operadores nos Concelhos de Santa Catarina, Santa Cruz, Tarrafal e S. Miguel. Para além disso, a ACAISA poderá promover iniciativas visando a atracção de investimentos e o estabelecimento de parcerias, designadamente entre empresários locais e estrangeiros.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE S. JORGINHO

Outro aspecto que irá destacar-se no relatório de actividades é a constituição, em Fevereiro do ano passado, da Sociedade de Formação de S. Jorginho, em parceria com o Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade. O capital social da Sociedade é de cinco mil contos, sendo 51 % pertencente à CCISS e 49 % ao Instituto.

O Centro de Formação de S. Jorginho será dotado de órgãos próprios: um director nomeado pelo Conselho de Administração, um Conselho Técnico-pedagógico e uma Comissão de Fiscalização

É, sem dúvida, um passo de gigante. Trata-se da reabilitação de um centro já dotado de equipamentos, materiais e instrumentos para acções de formação.

E os resultados já estão à vista. Um curso de formação em canalização vai ser organizado, no Centro de S. Jorginho, a partir de Abril, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

AGENDA DO EMPRESÁRIO

FORTALEZA

IX Encontro Internacional de Negócios do Nordeste

Nos dias 10 e 11 de Março próximo terá lugar em Fortaleza o IX Encontro Internacional de Negócios do Nordeste. Objectivo principal: divulgar os produtos e elevar o volume de vendas das Médias e Pequenas empresas e, dessa forma, contribuir para a sua inserção e fortalecimento.

Para além de Cabo Verde, foram convidados a participar nesse encontro a Argentina, Alemanha, Bolívia, Chile, Estados Unidos, Holanda, Panamá, Paraguai, Senegal e Trinidad e Tobago.

Aos participantes cabo-verdianos os organizadores atribuíram incentivos como a isenção da taxa de inscrição, a hospedagem por três dias, incluindo o pequeno-almoço e o Transfer Aeroporto/Hotel/Aeroporto.

SÃO PAULO

12ª Feira Internacional de Indústria de Construção

A CCISS está também a organizar a deslocação de empresários que queiram participar na 12ª Feira Internacional de Indústria de Construção que terá lugar, também no Brasil, mas em São Paulo, de 8 a 12 de Março.

Serão expostos, entre vários produtos, equipamentos eléctricos, acessórios e móveis para casas-de-banheiro e cozinha, alvenaria e cobertura, e instalações eléctricas e hidráulicas. A Feira de São Paulo terá mais de 500 expositores.

Visita da missão empresarial das Canárias termina hoje

Dez bolsas de estudo para especialização em Organização de Empresas e Marketing postas à disposição das Câmaras de Comércio de Barlavento e de Sotavento - é este um dos resultados da missão empresarial das Canárias que, exactamente hoje, deixa a Praia, depois de uma visita que começou pelo Sal, no dia 11 passado, e que contemplou também S. Vicente.

Organizada pelas Câmaras de Comércio das Canárias, a missão integrou empresas, de formação, construção civil, indústria alimentar, consultoria, informática e telecomunicações.

Os cursos de especialização foram apresentados na Praia na quarta-feira, pela Fundação MBA. Esta fundação mantém um convénio com as Câmaras das Canárias que, por sua vez, têm também

um convénio com as suas congéneres cabo-verdianas. E foi graças a essa parceria que as dez bolsas de estudo, a serem utilizadas ainda este ano, foram colocadas à disposição das duas Câmaras de Comércio que serão responsáveis pela selecção dos candidatos.

Recorde-se que as Câmaras de Comércio das Canárias são uma das parceiras que contribuíram para a montagem do portal

na Internet www.africainfomarket.org que tem como objectivo a intensificação das relações empresariais quer entre Cabo Verde e os outros países africanos quer entre estes e as ilhas Canárias.

Esse portal dá acesso, por exemplo, a bases de dados de empresas canarienses e cabo-verdianas, estudos de mercado, informações sobre transportes e programas de financiamento.

PROMOÇÃO DE CABO VERDE EM FRANÇA

Os resultados de Paris

A CCISS e a sua congénere de Barlavento foram convidadas a integrar a Conferência Permanente das Câmaras de Comércio africanas e francesas que conta actualmente com mais de 30 membros. O convite foi aceite, sendo já segura a participação da CCISS na assembleia-geral dessa organização, a ter lugar em Paris em Novembro.

Mas o relacionamento com essa organização vai começar muito antes. O presidente da Conferência, Julien Bouillol, estará na Praia de 21 a 23 de Março no meio de uma visita que fará ao Senegal - de 16 a 26, para preparar assembleia-geral da Conferência. O empresário francês vira acompanhado do Secretário da União das Câmaras

de Comércio, Indústria e Agricultura do Senegal, Benoît Gaye.

A adesão da CCISS a essa organização franco-africana só se tornou possível graças à nossa participação, na pessoa do Presidente, na jornada de promoção de Cabo Verde que teve lugar em Paris, no passado dia 2 de Fevereiro, justamente nas instalações da Câmara de Comércio e Indústria de Paris, com a participação de mais de 100 agentes económicos

Para a CCISS, a acção de Paris foi um sucesso. Desde logo, porque a nossa congénere francesa vai apoiar a CCISS com acções de formação e na organização de visitas de estudo que visam conhecer não só a experiência do Guiché Único como a arbitragem.

Breves

FORMAÇÃO EM CONTABILIDADE

Empresários, gerentes comerciais, técnicos de serviços administrativos e financeiros de empresas, num total de 13, participam, desde 14 de Fevereiro, numa acção de formação organizada pela CCISS.

Com uma carga horária de 40 horas, a formação, que termina no próximo 4 de Março, permitirá aos participantes obterem conhecimentos e instrumentos essenciais para a gestão financeira das suas empresas.

INTERNET COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Micro e pequenos empresários da Praia participaram nos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro numa acção de formação sobre Internet. Organizada pela CCISS, a formação teve como objectivos mostrar aos empresários que a Internet, geralmente utilizada como meio de comunicação para envio de e-mail, é uma importante ferramenta de gestão que permite aumentar a produtividade e a competitividade.

Sala de formação da CCISS

AIR LUXOR E SOLTRÓPICO CRIAM NOVA COMPANHIA AÉREA

Halcyonair assume tráfego interno da Air Luxor



Os contornos do projecto da companhia aérea Air Luxor, o de alargar ainda mais as suas operações em Cabo Verde, começam a ficar mais nítidos e podem sair do papel agora em Março com a programação de mais voos extras. A informação é da directora-geral da Air Luxor Cabo Verde, Astragilda Almeida, que fala ainda ao Cifrão da assinatura hoje, sexta-feira, 18, de um acordo entre a Air Luxor e a Soltrópico para aumentar a frequência de voos desta empresa para Cabo Verde e da criação de uma nova companhia aérea, a Halcyonair, que se ocupará da distribuição interna de passageiros, não só da Air Luxor mas também de outras operadoras nacionais.

A nova companhia aérea, segundo Astragilda Almeida, surge das dificuldades da Air Luxor em negociar a distribuição dos passageiros dos seus voos charters com as operadoras turísticas. Diante disso, algumas operadoras - a Morabitur e a Soltrópico - decidiram unir-se à Air Luxor e fundar a Halcyonair. Esta novel empresa é, pois, fruto de investimentos de sócios cabo-verdianos e portugueses que já estão no mercado, e que querem diversificar o seu pacote turístico, ou melhor, ampliar o seu raio de acção.

“A empresa, que será constituída nesta sexta-feira, é de capital cabo-verdiano e português. Imediatamente a seguir, vamos entrar com um pedido de operador aéreo dirigido às autoridades cabo-verdianas, concretamente ao Ministério das Infra-estruturas e Transportes e ao Instituto da Aeronáutica Civil, enquanto trabalhamos para a aprovação do nosso manual técnico. Se tudo correr bem, pensamos começar a operar ainda neste verão”, frisa a directora-geral da Air Luxor Cabo Verde.

E os indicadores são favoráveis a esta nova empresa, conforme esta responsável. “Temos uma taxa de ocupação que ronda os cem por cento e o nosso mercado é essencialmente europeu. No entanto, ainda não atingimos a comunidade cabo-verdiana na diáspora, apesar de termos feito algumas campanhas de promoção. Mas estamos a mudar a nossa forma de actuar. Por exemplo, começámos a participar, através da Unotur, nas feiras de turismo e em outras actividades promocionais”, revela Almeida, realçando o propósito de converter a Air Luxor numa companhia aérea regular a nível internacional.

Um elemento importante nos projectos da Air Luxor é a abertura do aeroporto da Praia, que vai permitir a esta empresa expandir-se internamente. Paralelamente, segundo Astragilda Almeida, a Air Luxor deverá desenvolver com a Halcyonair um projecto turístico de distribuição dos passageiros pelas ilhas, um trabalho que pretende realizar em conjunto com outras operadoras que já

trabalham no mercado cabo-verdiano.

“Cabo Verde está numa linha de expansão turística muito grande e queremos pegar boleia nessa onda. A Air Luxor já opera em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe e queremos alargar o nosso raio de acção por toda a África. Com base nisso, assinámos um acordo com as Linhas Áreas de Moçambique, que começará a vigorar a partir de Abril, oferecendo ligações a vários destinos no interior desse país e à rede internacional da LAM”, justifica a DG da Air Luxor, defendendo que a África é o mercado futuro da empresa.

Mas antes de partir para novas aventuras africanas, a Air Luxor quer consolidar o mercado interno através de parcerias estratégicas. É nesse contexto que a Morabitur, operadora turística cabo-verdiana com quem a companhia aérea tem um acordo de parceria, assume todo o tráfego dos charters da Air Luxor, desde o transfer a outros produtos turísticos, o que lhes permite expandir com segurança. E o trabalho só tem aumentado desde que

a Air Luxor começou a operar em Cabo Verde. “Fizemos dois voos charters semanais durante o Verão. Em Dezembro colocámos mais quatro extras e, neste momento, apesar de estarmos na época baixa, estamos com um charter semanal, com ocupação plena. Em Março pensamos fazer mais voos charters e aumentar a nossa frequência de voos”.

Para operacionalizar estas ideias, a Halcyonair está a negociar um aparelho em regime de leasing e com capacidade para transportar cerca de 50 passageiros. “Estamos a negociar um aparelho pequeno para operar em todas as ilhas, sobretudo Sal, São Vicente, Boa Vista e Santiago. Também tivemos em atenção os mercados regional e internacional quando decidimos pela escolha desse tipo de equipamento aéreo”, conclui Almeida, realçando que essa movimentação trará uma mais-valia económica a Cabo Verde, mais oferta, regulamentará a tarifa e é uma alternativa há muito aguardada.

Constância de Pina

Novas vozes no mercado aéreo

Fundada a 14 de Dezembro de 1988, a Air Luxor é uma companhia de aviação privada, propriedade da família Mirpuri, que dispunha, na altura, de uma pequena frota de aviões privados, utilizados nas suas viagens particulares e de negócios. Com a liberalização do sector de transporte aéreo na Europa, em finais dos anos oitenta, a família decidiu transformar o seu departamento de aviação familiar numa Companhia Aérea, que servisse também outros clientes.

Em 1997, a empresa estende as suas operações à aviação comercial, primeiro no segmento charter e mais tarde, em 2001, no segmento transporte aéreo regular. Hoje a Air Luxor posiciona-se como uma companhia de referência na Europa Comunitária, com uma rede composta por mais de 40 rotas. Oferece voos regulares de e para Lisboa, Porto, Funchal, Paris, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau e ainda trabalha em linhas sazonais para Antígua, Atenas, Barcelona, Belfast, Cancun, Dakar, entre outros.

É a primeira companhia na Europa e a quarta no mundo certificada em ETOPS no airbus A320 e foi distinguida pela construtora por ter uma fiabilidade (qualidade e segurança) de 99,8%, acima da média mundial. Recebeu a medalha de Prata de Mérito Turístico em 2002, atribuída

pelo governo português, e o prémio Friend of Thailand Award, oferecido pela primeira vez a uma empresa pelo turismo da Tailândia. Esse reconhecimento deve ser debitado, em parte, à sua moderna frota que inclui os modelos mais avançados de aeronaves com configurações que variam entre os 150 e os 387 passageiros e a sua preocupação com as questões ambientais. Neste particular, a Air Luxor é uma das poucas empresas aéreas da Europa e a única em Portugal a equipar os seus aviões com motores “amigos do ambiente”, que são mais caros que os motores convencionais, mas reduzem a emissão de poluentes em cerca de 40%.

A sua rede de Centros de Aviação Executiva é composta por duas unidades, Lisboa e Sal/Cabo Verde, e os serviços prestados incluem a assistência aos aviões, passageiros, tripulação e carga, despacho operacional, planos de voo, meteorologia, informação aeronáutica, limpeza e aprovisionamento de aeronaves e reabastecimento. Também a Soltrópico, parceira da Air Luxor, internacionaliza progressivamente a sua operação em Cabo Verde. Após o lançamento do charter Lisboa/Sal em Abril do ano passado, com voos às sextas-feiras, e a introdução de uma

segunda rotação aos domingos, a Soltrópico rubricou acordos com operadores de diversos países europeus que duplicaram o número de voos charters para Cabo Verde e a colocação, até ao Verão, de outras duas rotações.

Entre os contactos que a Soltrópico está a desenvolver na Europa, destacam-se os encontros a realizar e na França, em conjunto com os principais hotéis de Cabo Verde, que poderão culminar em acordos e operações importantes para o país, e na Bélgica. Estes, encontros segundo a mesma fonte, anunciam o bom andamento das negociações e poderão fomentar uma verdadeira vaga de turismo para Cabo Verde. “A Soltrópico parece estar a desenvolver em relação ao destino Cabo Verde, ao qual afirma dedicar desde o começo uma atenção particular, uma estratégia abrangente, ao iniciar, também neste arquipélago, uma série de charters dedicados exclusivamente ao turismo, quer internacional quer interno, para fazer chegar em condições ideais os turistas às diversas ilhas, seja através de circuitos, seja através de excursões, rectificando assim um problema de acessibilidade a diversas ilhas deste arquipélago, que dificultava até agora a programação dos circuitos”, conclui o site oficial da Air Luxor.

CP